ANDRÉ RAMOS TAVARES

Direito Econômico Diretivo:
percursos das propostas transformativas

São Paulo, 2014

lônias europeias, seja de maneira aberta, seja de forma velada. E permanece como “[...] transformação do trabalho e da terra em mercadorias [...]”, sendo certo que “[...] o verdadeiro alcance dessa passo pode ser estimado se lembrarmos que trabalho é apenas outro nome para ser humano [...]”⁷⁷.

O surgimento de enormes contingentes populacionais à margem do trabalho e da economia foi, muitas vezes, compreendido e enfrentado como *problema desse segmento, não enquadrável como preocupação do Estado*, e isso mesmo considerando-se que o aparecimento do desemprego nas ex-colônias tenha tido origem totalmente distinta daquela europeia⁷⁸.

77. POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto: 2012, p. 53, para ambas transcrições.

78. Origem atribuída, nos termos acima expostos, ao fim do feudalismo. Por vezes, os próprios contingentes ativos economicamente eram tratados com desprezo e rigor pela legislação. No Rio de Janeiro, por exemplo, no final do século XIX, devido ao aumento exponencial da população (com a chegada dos imigrantes europeus e a abolição da escravatura), aumento não acompanhado pelo número de habitações disponíveis, as classes mais carentes eram forçadas a se aglutinar em cortiços no centro da cidade, em proximidade aos seus locais de trabalho. Com isso as condições de higiene nessas habitações logo se tornou crítica, sendo consideradas uma das principais fontes de epidemias constantes, que afetavam tanto a força de trabalho com o próprio comércio exterior (com navios se recusando a aportar no porto do Rio de Janeiro). A solução legislativa era associar os cortiços à marginalidade e impor exigências a serem cumpridas na delegacia de polícia, sob pena de prisão de até trinta dias (cf. GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro*. Pallas/Ed. PUC-RIO, 2013, p. 37-58). O exemplo é apenas uma das inúmeras possibilidades de ilustrar essa influência a que se refere no texto. Este estudo não tem dentre seus objetivos a indicação desse longo encadeamento histórico, mas pretende observar uma postura jurídica que remonta aos albores da economia de mercado capitalista e sua típica resposta à pobreza e marginalização.

Além disso, o que os manuais, em geral, não observam nessa análise, justamente pela sua preocupação obsessiva com a Europa, que advém de seu pressuposto da origem eurocêntrica do modelo de mercado e de capitalismo⁷⁹, é que essa postura europeia contrapunha-se às medidas adotadas na Ásia, sobretudo na China⁸⁰, para promover e auxiliar aqueles que não possuíam condições de, por si mesmos, levar a economia nacional aos patamares desejados pelas Dinastias chinesas reinantes. Esse aspecto pode ser mais bem assimilado, como visto, a partir da compreensão de que houve, na origem do capitalismo, a vitória do (modelo europeu de) desenvolvimento fortemente lastreado no elemento externo.

3. O IMPERIALISMO EUROPEU

A expressão “imperialismo” aparece na segunda metade do século XIX e encontrará seus primeiros estudos conceituais sistemáticos apenas no final desse mesmo século, com diversas teorias que procuram apresentar e analisar o significado desse fenômeno. O que há de interesse, na retomada desse tema, que tantas teorizações recebeu, é menos a reapresentação delas e mais a constatação de que, em todas, o fator econômico sobrepõe o político.

79. Tema que integrou o estudo do item anterior, a partir da leitura de ADAM SMITH promovida por GIOVANNI ARRIGHI.

80. Respostas, contudo, a um imperialismo colonialista extremo ainda podem ser verificados em constituições como a Constituição sul-africana de 1996, que em seu Capítulo II, art. 13, proibiu a escravidão, a servidão e o trabalho forçado, quando a maioria das constituições do século XX, de matriz liberal, preocuparam-se em garantir que não haveria trabalho forçado *como pena criminal* (a exemplo da Constituição brasileira, de 1988, art. 5o, inc. XLVII, c), estando implícita na liberdade individual econômica e de profissão a vedação às formas mencionadas de trabalho.

De maneira corrente e em um certo sentido mais comum, o imperialismo significa a imposição pela força, por determinado Estado relativamente a outros territórios, de sua soberania (centralidade incontestável de seu centro de decisão) e poderio econômico (centralidade de seu mercado e de suas liberdades). Esse tipo de expansão territorial, alargando o espaço de decisão e de atuação dos estados imperialistas (decisão política), opera na forma de exploração econômica dos territórios que são controlados.

O imperialismo, apesar da presença necessária do elemento político acima referido, torna-se mero devaneio ou extravagância de Estado sem a coloração econômica. Esta constatação permite que se mantenha sempre presente a consideração econômica quando se analisa, sobretudo, a anexação, a conquista e a colonização⁸¹ de certos territórios ao longo da História pelas potências hegemônicas europeias.

Embora seja possível identificar manifestações de imperialismo em diversas ocorrências históricas, inclusive em alguns movimentos intraeuropeus (como a pretensão hegemônica da Alemanha), interessa ao presente estudo sublinhar a subordinação de vastos territórios da Ásia à área de subordinação europeia, especialmente entre 1870 e o início da I Grande Guerra mundial⁸².

A construção de vastos impérios, a partir da criação, incontinente, de territórios coloniais na América, na Ásia e na África, afirmou-se sobretudo pelos interesses econômicos da nascente

81. Para uma distinção entre imperialismo, colonialismo, construção de impérios, expansão e conquista (de mercados e povos), e a discussão sobre a centralidade do conceito de nação nessa compreensão, cf. AREN-
DT, Hannah. *Origens do totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 189-412.

82. PISTONE, Sergio. *Verbete Imperialismo*. In: BOBBIO, Norberto, MAT-
TEUCCI, Nicola, GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de Política*.
Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 611, 2ª col.

indústria europeia e as necessidades crescentes do capitalismo de mercado que se formava.

As diversas teorias que se construíram em torno do tema apresentam significativas divergências. Retomo apenas algumas propostas, com o objetivo exclusivo de compreender essa discussão, tanto no período do colonialismo como na atualidade.

Na teoria do subconsumo em ROSA LUXEMBURGO a conquista de territórios anexados como colônias e o imperialismo daí emergente representaria um ponto central para a produção europeia, abastecendo-a de matérias-primas e de um mercado vasto e adequado aos interesses hegemônicos.

Para LÊNIN, a crescente concorrência capitalista gera um modelo econômico de queda das taxas de lucro, que impele à concentração, aos monopólios financeiros⁸³ (na acepção desenvolvida por HILFERDING) e à exploração do mercado mundial, na contramão das condições de concorrência em que ADAM SMITH descreve sua teoria da formação dos preços e, igualmente, na forma do mercado antinatural. Nesta fase do capitalismo percebe-se que a atividade econômica não pode cingir-se ao espaço nacional. Daí a conhecida afirmação de que “[o] monopólio constitui a

83. Em seu prefácio (apresentado tardiamente) à obra de N. BUKHARIN, LÊNIN aborda este ponto: “no limiar do século XIX – o movimento comercial determinou uma internacionalização das relações econômicas e do capital, enquanto a grande produção tomava proporções tais que os monopolies substituíam a livre concorrência. [...] O ‘soberano’ atual é já o capital financeiro [...]” (BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. *O imperialismo e a economia mundial: análise econômica*. 2. ed. Guanabara: Laemmert, 1969, p. 11). Vale lembrar que o austro-marxismo e a obra de Hilferding influenciaram o próprio BUKHARIN, que chegou inclusive a mudar sua linha de pesquisa e, posteriormente, acabaria por ter sérias desavenças com Lênin (cf. COHEN, Stephen. *Bukharin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 37 e ss.).

passagem do capitalismo a um regime superior” e o imperialismo “é a fase monopolista do capitalismo”⁸⁴. Mais do que isso, o Estado é compelido a assumir um interesse alinhado ao interesse (econômico-privado) da conquista do mercado mundial, sob pena de ser conquistado ou subjugado.

Nessas formas encontramos o que já se denominou como “imperialismo agressivo”⁸⁵. É com a teoria de KAUTSKY que se evita o conflito imanente a essas concepções, como forma de superação desses modelos imperialistas por meio de reformas democráticas. Essa teoria nega o nexos orgânico entre imperialismo e capitalismo⁸⁶. Mas as tendências imperialistas são imanentes ao modelo capitalista.

Na conhecida tese acerca do *capitalismo organizado* de HILFERDING, o capital transforma-se em conquistador do Mundo e o Estado retoma um importantíssimo papel para o capitalismo nesse modelo de conquista imperialista, pois é por meio do Estado que o capital organizado se impõe. A democracia econômica é retomada pelo autor em um sentido muito próprio⁸⁷. “O salário semanal é um salário político”, afirma HILFERDING em seus estudos. E complementa considerando a “administração

da Indústria como uma questão social”⁸⁸. A sociedade, em sua teoria, só dispõe do Estado para atuar politicamente no âmbito da realidade econômica. E, mais do que isso, considera que os preços das mercadorias não são apenas preços econômicos, mas também preços políticos⁸⁹. Isto realça fortemente a presença do Estado na análise econômica, sem a qual esta se esfocela em uma análise descolada da realidade⁹⁰. Daí sua proposição de que essa sociedade alcance o controle do Estado para controlar a economia, e controlar a economia para permitir justamente a economia operante no interesse de todos e não no interesse exclusivo do capital.

Esse imperialismo, pois, assume duas notas de grande alcance para a análise empreendida neste trabalho: (i) há vastas áreas geográficas de influência das potências econômicas de perfil imperialista; (ii) essas áreas são subjugadas por essa forte influência e mantêm estruturas produtivas dependentes das decisões centrais dos Estados economicamente dominantes; (iii) os antigos domínios imperialistas marcaram profundamente algumas dessas estruturas que se encontram presentes hoje, reconhecidamente, como arcaicas ou subdesenvolvidas. O caso da Índia será de especial interesse.

84. LÊNIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Global, 1987, p. 87.

85. PISTONE, Sergio. Verbete Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 615, 2a col..

86. Cf. PISTONE, Sergio. Verbete Imperialismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, GIANFRANCO, Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 615, 1a col..

87. Em sua concepção o “elemento essencial em todo Estado moderno são os partidos”, sendo que “a luta do partido não é mais do que reflexo da luta entre classes” (HILFERDING, Rudolf. *A Economia organizada* (1927). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record: 2002, p. 529).

88. HILFERDING, Rudolf. *A Economia organizada* (1927). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record: 2002, p. 527 (ambas transcrições)

89. HILFERDING, Rudolf. *A Economia organizada* (1927). In: TEIXEIRA, Aloisio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os percursos do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record: 2002, p. 527.

90. Por mais que pretenda incluir a realidade por meio da análise de matiz individualista, como na perspectiva inaugurada pelo marginalismo e, posteriormente, integrada na Escola de pensamento do *Law and Economics*.

Ainda a propósito dessas consequências, de central importância para este estudo são as análises empreendidas por CELSO FURTADO. O autor, referindo-se especialmente à expansão do comércio internacional no século XIX, como expansão originada no desenvolvimento da indústria europeia e de sua vocação para a captura de mercados externos, adverte que:

“O deslocamento da fronteira econômica europeia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias híbridas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura arcaica. Na verdade, era raro vermos o chamado núcleo capitalista modificar as condições estruturais preexistentes, pois estava ligado à economia local apenas como elemento formador de uma massa de salários”.⁹¹

Importa, pois, ressaltar que modelos econômicos apresentam as notas de um deficiente desenvolvimento cujas origens remontam ao imperialismo global, que se implantou a partir das potências europeias, no século XVIII, e ainda permanece, sob formas e forças distintas das daquela época. Importa, assim, aos países emergentes, conscientemente, construir e conhecer com maior propriedade suas próprias alternativas jurídicas.

3.1. A universalização do Estado capitalista (pela leitura liberal) de direitos humanos “universais”

O modelo econômico vitorioso do século XVIII encontra-se fortemente influenciado por uma leitura própria não só do Estado como também do Direito. Dada a implicação daquele no processo econômico, não poderia deixar de haver influência e impacto

91. FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p. 164.

neste último, apesar de essa conexão estar pouco evidenciada por motivos que interessam à manutenção e sobrevivência mesmo do próprio modelo jurídico que se estabeleceu.

Mas no período posterior à II Grande Guerra é possível constatar com segurança que “as políticas de direitos humanos estiveram em geral ao serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos”⁹².

Se o imperialismo, em sua roupagem mais simples e direta, não mais poderia ser assumido pelas potências econômicas sem prejuízo das suas próprias premissas institucionais e civilizatórias⁹³, o discurso da defesa de direitos humanos promovia, ao contrário, o ideal de superioridade e aceitação almejados pela política (econômica) desses mesmos Estados. Na advertência precisa de JOÃO MAURÍCIO ADEODATO, “[...] o direito racionalmente universal pode levar a uma arrogância ética, fundamentalista, ainda que pretensamente civilizada e apresentando indicadores econômicos de grande sucesso”⁹⁴.

Embora o avanço pelo reconhecimento de direitos, sobretudo de direitos contra o Estado todo-poderoso, como característica mais marcante do constitucionalismo, seja efetivamente um dos maiores avanços civilizatórios, a leitura e, em parte, o uso econômico que também advieram com esse

92. SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos*. Lua Nova, São Paulo: CEDEC, n. 39, 1997, p. 112.

93. Sobre o tema da não incorporação das instituições da “nação-mão” na administração colonial: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 198 e ss..

94. ADEODATO, João Maurício. A pretensão de universalização do direito como ambiente ético comum. In: ADEODATO, João Maurício, Brandão, Cláudio (Org.). *Direito ao extremo*: coletânea de estudos. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 176.